

PROGRAMA DE EVENTO

MINICURSO JURISPRUDÊNCIA NOS TRIBUNAIS SUPERIORES	
Módulo 2: DIREITO DO TRABALHO NO STF	
DOCENTES/CURRÍCULOS RESUMIDOS	<p>* Georgenor de Sousa Franco Filho: Desembargador do Trabalho de carreira do TRT da 8ª Região, Doutor em Direito Internacional pela Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo, Doutor Honoris Causa e Professor Titular de Direito Internacional e do Trabalho da Universidade da Amazônia, Presidente Honorário da Academia Brasileira de Direito do Trabalho, Membro da Academia Paraense de Letras.</p> <p>* Jorge Luiz Souto Maior: Juiz do Trabalho da 15ª Região, professor da Faculdade de Direito da USP.</p>
DATA DE REALIZAÇÃO	20/10/2017 (6ª-feira)
HORÁRIO	<p>9h30min às 12h30min e 14h às 17h</p> <p>Manhã (9h30min às 12h30min) 9h30min - 11h: exposição - <i>Georgenor de Sousa Franco Filho</i> 11h - 11h15min - intervalo 11h15min - 12h30min - continuação da exposição</p> <p>Tarde (14h às 17h) 14h - 15h30min: exposição <i>Jorge Luiz Souto Maior</i> 15h30min - 15h45min: intervalo 15h45min - 17h: continuação da exposição</p>
CARGA-HORÁRIA	6h/a
PÚBLICO-ALVO	A) Magistrados do TRT4; B) Servidores do TRT4, sem pré-requisitos de cargo ou função.
FORMATO:	Aula expositiva
MODALIDADE	Presencial
Nº VAGAS	44, sendo 10 vagas reservadas para alunos do PPGD UFRGS
LOCAL DE REALIZAÇÃO	Sala 02 da Escola Judicial (Avenida Praia de Belas, 1432, prédio 3, 2º andar)
EIXO TEMÁTICO CORRESPONDENTE	EIXO FUNDAMENTOS JURÍDICOS e GESTÃO
PRINCIPAIS COMPETÊNCIA(S)/DIMENSÕES A SER(EM) DESENVOLVIDA(S) (RESOLUÇÃO ENAMAT Nº 18/2015)	<p>Adotar postura crítica acerca de temas contemporâneos relevantes para a jurisdição.</p> <p>Reconhecer os elementos do trabalho e da produção determinantes da natureza dos conflitos sociais contemporâneos.</p> <p>Utilizar com eficiência os mecanismos sociojurídicos de proteção da dignidade na jurisdição laboral.</p> <p>Assegurar a efetividade dos direitos fundamentais nos conflitos judiciais.</p> <p>Efetivar a justiça social como valor nos casos concretos.</p> <p>Exercer o papel político-institucional do cargo como integrante do Poder Judiciário à vista de seus objetivos, valores e desafios.</p>
ÁREA (ADMINISTRATIVA/DIREITO/ GERENCIAL/INFORMÁTICA/QUALIDADE DE VIDA/SAÚDE)	Direito
INSCRIÇÕES	<p>Até as 10h do dia 18/10 (4ª-feira)</p> <p>* MAGISTRADOS E SERVIDORES DO TRT4: pelo link http://www.trt4.jus.br/portaltrt/cursosAdmin.html ou Portal VOX > Cursos > Informações e Inscrições</p>
MODELOS DE AVALIAÇÕES A SEREM	Avaliação de Reação

UTILIZADOS E PRAZO PARA ENTREGA	Avaliação de Aprendizagem (Síntese Multimídia ou Excerto de Decisão Comentado, a seguir descritos (*)) * Prazo para envio da Avaliação de Aprendizagem (Magistrados e Servidores): 30/10/2017.
CERTIFICAÇÃO	PARA MAGISTRADOS: a certificação deste evento está condicionada à frequência mínima exigida na Resolução 08/2011 da ENAMAT, e à entrega tempestiva da avaliação de aprendizagem* (Síntese Multimídia ou Excerto de Decisão Comentado), de acordo com o Ato Regulamentar 01/16 da Direção da Escola Judicial. PARA SERVIDORES: a certificação será condicionada à frequência de 75% da atividade e à entrega tempestiva da avaliação de aprendizagem* (Síntese Multimídia ou Excerto de decisão Comentado), de acordo com o Ato Regulamentar 02/16 da Direção da Escola Judicial. O certificado não garante a concessão do Adicional de Qualificação, que obedece a Portaria nº 6.113, de 18/09/12.
INFORMAÇÕES GERAIS	- Há previsão de pagamento de diárias aos servidores inscritos, quando devidas, e será realizado mediante verificação da lista de presenças assinada. - Próximo Módulo do Minicurso Jurisprudência nos Tribunais Superiores (inscrições a serem abertas oportunamente): MÓDULO 3: 01/12 (manhã e tarde) - <i>Direito Coletivo do Trabalho, Negociação Coletiva e Outros Temas Relevantes</i> - com Maria de Assis Calsing , Ministra do TST, José Pedro Pedrassani , Advogado Trabalhista, Cláudio Cassou Barbosa e Luiz Alberto de Vargas , Desembargadores do TRT4.

INFORMAÇÕES SOBRE A FORMAÇÃO DE MAGISTRADOS E SERVIDORES

1. FREQUÊNCIA

Magistrados: a frequência dos magistrados deve ser integral, segundo registro assinado ou obtido eletronicamente. A ausência em atividade formativa presencial, contanto que justificada por escrito ao Diretor da Escola Judicial, no prazo de 3 (três) dias úteis a partir de sua ocorrência, e desde que não implique a extrapolação do limite de 25% (vinte e cinco por cento) da carga horária total da atividade, admite compensação por meio da realização de tarefa complementar, segundo modo e prazo definidos pelo Diretor da Escola Judicial (Resolução Enamat 08/11, alterada pela Resolução Enamat 12/12).

Servidores: a frequência de servidores deve ser de, no mínimo, 75% (setenta e cinco por cento) da carga horária da atividade, segundo registro assinado ou obtido eletronicamente.

2. (*) AVALIAÇÃO

Para aferir o aproveitamento das atividades formativas, requisito para sua certificação, a Escola Judicial poderá se valer de variados tipos de instrumentos de avaliação, conforme segue abaixo:

- a) Registros Reflexivos:** Consistem em anotações sobre as aprendizagens mais significativas adquiridas na aula e sua articulação com a atuação profissional. Os registros devem ser respondidos tempestivamente a partir de *link* disponibilizado por *e-mail* logo após o início do evento. Sugere-se que sejam elaborados em editor de texto, salvos em arquivo próprio e, posteriormente, copiados para a plataforma *Moodle* da EJ Virtual para envio.
- b) Questões Discursivas:** São questões elaboradas pelo docente e/ou pela Escola Judicial, que permitem ao aluno expressar-se livremente e auxiliam-no a organizar o raciocínio, dando prioridade a alguns conceitos em relação a outros. Serão respondidas, tempestivamente, a partir de *link* disponibilizado por *e-mail*.
- c) Síntese Multimídia:** Pode ser apresentada em diversos tipos de mídias, como, por exemplo, áudio, mapa conceitual, apresentação ou vídeo. A síntese multimídia, em qualquer caso, deverá ser elaborada pelo aluno e revelar-se capaz de demonstrar seu aprendizado, englobando os principais conceitos identificados em aula, a partir da exposição da temática, dos debates e de consulta a materiais correspondentes ao curso. Os arquivos serão aceitos nos formatos pdf, jpg, tif, mp3, mp4, wmv, wma, wav. Deverão observar, ainda, as seguintes limitações: (a) arquivos de, no máximo, 10Mb; (b) audiovisuais de até 7 minutos de duração. Deverá ser enviada, tempestivamente, a partir de *link* disponibilizado por *e-mail* logo após o início do evento.
- d) Excerto de Decisão Comentado:** Essa forma de avaliação consiste na análise de um trecho de qualquer decisão judicial, já publicada, discorrendo sobre a forma como foram aplicados no excerto selecionado os conhecimentos adquiridos em aula. O aluno deverá anexar seu texto, em formato PDF, contendo as seguintes informações: (a) dados do processo (número do processo, data de publicação da decisão e nome do magistrado julgador); (b) excerto da decisão a ser comentado. Deverá ser enviado, tempestivamente, a partir de *link* disponibilizado por *e-mail* logo após o início do evento.

Consulte mais informações sobre Avaliação de Aprendizagem em:

<http://www.trt4.jus.br/portal/portal/EscolaJudicial/eventos/Avaliacao/MenuEscolaPortletWindow?action=2>

3. MEDIATECA

A Escola Judicial disponibiliza, em sua EJ Virtual - acessada com *login* e senha de rede - uma *MEDIATECA*, que corresponde ao acervo dos vídeos produzidos a partir da filmagem das ações formativas presenciais que promove. Por meio da *MEDIATECA*, tendo presente a regra do art. 20, §2º, do Ato Regulamentar 03/2016 da Direção da Escola Judicial, os magistrados podem assistir determinada atividade formativa e, depois, enviar o correspondente instrumento de avaliação para a Escola Judicial, no intuito de aproveitá-la ao cumprimento de até 25% da carga horária de formação inicial ou 50% da carga horária de formação continuada. Servidores podem acessar a *MEDIATECA* livremente, mas não contabilizam as atividades formativas filmadas para fins de adicional de qualificação.

4. AVERBAÇÃO DE CURSOS EXTERNOS AO SIFMT

Os magistrados, mediante requerimento, podem averbar, na Secretaria da Escola Judicial, os certificados de conclusão, com frequência mínima de 75%, de cursos externos ao Sistema Integrado de Formação de Magistrados do Trabalho – SIFMT. Dessa averbação poderá sobrevir o aproveitamento de até 8h semestrais de formação continuada, contanto que, a critério da Escola Judicial, exista compatibilidade entre o conteúdo do curso e a tabela de competências profissionais expedida pela Enamat (Resolução Enamat 18/2015). A averbação de cursos realizados no âmbito do SIFMT não sofre a limitação de 8h semestrais. O requerimento de averbação pode ser enviado por malote ou pelo e-mail cursosei@trt4.jus.br. Servidores podem averbar cursos externos ao Tribunal junto à Secretaria da Gestão de Pessoas. Os cursos internos prescindem dessa averbação, sendo considerados automaticamente.

5. CARGA HORÁRIA MÍNIMA SEMESTRAL

Os Magistrados do Trabalho deverão frequentar atividades de formação pelo período mínimo de 30 horas-aula semestrais, se vitalícios, e 40 horas-aula semestrais, se vitaliciandos. (Resolução Enamat 09/2011).